



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR  
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA  
REPÚBLICA

Ofício n.º 647/1.ª-CACDLG/2021

Data: 21-07-2021

NU: 681996

Assunto: Relatório de participação da Assembleia da República na II Conferência de Alto Nível sobre Migrações e Asilo, que decorreu por videoconferência, no dia 14 de junho de 2021.

Nos termos do n.º 4 do artigo 42.º do Regimento da Assembleia da República e para o efeito da sua publicação na II Série-D do DAR, junto envio a Vossa Excelência o Relatório da participação da Assembleia da República na *II Conferência de Alto Nível sobre Migrações e Asilo*, que decorreu no âmbito da dimensão Parlamentar da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, organizada sob a égide do Parlamento Europeu e da Assembleia da República, no passado dia 14 de junho de 2021.

Mais informo que o conteúdo do presente relatório foi apresentado na reunião, da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, de 21 de julho de 2021.

Com os meus melhores cumprimentos,

O Presidente da Comissão

(Luís Marques Guedes)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias  
Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas  
Comissão de Assuntos Europeus

**RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NA  
II Conferência de Alto Nível sobre Migrações e Asilo  
Parlamento Europeu  
14 de junho de 2021  
(videoconferência)**

**Delegação da Assembleia da República**

S. Exa. o Presidente da Assembleia da República, Deputado Eduardo Ferro Rodrigues  
Vice-Presidente da AR, Deputada Edite Estrela (PS), em representação da 2.ª Comissão  
Vice-Presidente da AR, Deputado José Manuel Pureza (BE), em representação da 1.ª  
Comissão

Deputada Alma Rivera (PCP), em representação da 1.ª Comissão

Deputado Duarte Marques (PSD), em representação da 2.ª Comissão

Deputada Isabel Oneto (PS), em representação da 4.ª Comissão

A assessoria foi assegurada por: Bruno Ribeiro Tavares, Assessor Principal de S. Exa. o PAR; Manuel Caldeirinha, Assessor Diplomático de S. Exa. o PAR; Nélia Monte Cid, Assessora Parlamentar da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias; Ricardo Pita, Assessor Parlamentar da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias; João de Campos Coelho, Assessor Parlamentar da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas; Gonçalo Sousa Pereira, Assessor Parlamentar da Comissão de Assuntos Europeus; Elodie Rocha, Assessora Parlamentar da Comissão de Assuntos Europeus; Bruno Dias Pinheiro, Representante da AR em Bruxelas; e Catarina Ribeiro Lopes, Representante da Assembleia da República no Secretariado da COSAC.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias  
Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas  
Comissão de Assuntos Europeus

em nome da Presidência portuguesa do Conselho da UE, e Detlef Seif, da Comissão de Assuntos Internos e da Comunidade do Bundestag alemão, bem como com o testemunho da organização Operazione Colomba. Este debate, moderado por Juan Fernando López Aguilar, Presidente da Comissão Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos do Parlamento Europeu e por Edite Estrela, Vice-Presidente da Assembleia da República, focou-se principalmente na migração como desafio complexo, que requer solidariedade europeia e internacional, sobretudo no combate ao tráfico de seres humanos e fluxos migratórios diversos, assim como na proteção da saúde dos migrantes na crise pandémica. Foi ainda destacada a necessidade de cooperação com os países de origem, desenvolvimento de parcerias e defesa dos direitos humanos, designadamente através da criação de vias legais de migração e a previsão de um quadro legal de regresso, tendo sido referidos os desafios colocados pelos fluxos migratórios oriundos das Balcãs, da Bielorrússia e da Síria.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias  
Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas  
Comissão de Assuntos Europeus

Assinalou que a política de gestão dos movimentos humanos faz parte integrante de uma política externa que deve colocar no centro as pessoas, tendo defendido que a UE deve ser um ator político global e não apenas um dador mundial.

Recordou que, neste contexto, o novo pacto acentua a colaboração com países de origem e trânsito com base em parcerias bilaterais, transparentes e com controlo democrático, com vista a promover o desenvolvimento.

Concluiu lembrando que o dever da UE é, acima de tudo, o de salvar vidas, não sendo aceitável deixar essa missão apenas nas mãos das ONGs, cujo trabalho é excelente, mas voltar a pensar numa ação comum da UE no Mediterrâneo, através de um mecanismo de investigação e salvamento em alto mar; de canais humanitários, a definir em conjunto com o ACNUR; de uma política europeia de acolhimento dos migrantes, com critérios, designadamente de acordo com as necessidades do mercado de trabalho da UE e com sistemas de proteção social. Acrescentou ser fulcral reforçar o sistema de Dublin para uma verdadeira cooperação dos Estados Membros no mecanismo de repartição e solidariedade, em que o papel dos Parlamentos nacionais é decisivo, importando reforçar a cooperação interinstitucional para se avançar para uma política comum de migração e asilo.

Seguiu-se o discurso do **Presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues**:

“O tema que nos junta hoje é da maior pertinência: vai ao âmago do que somos como União Europeia, do que estipula o artigo 2.º do Tratado de Lisboa e de como nos posicionamos e queremos ser vistos pela comunidade internacional. Nesse sentido, a Comunicação da Comissão ao Conselho sobre um novo Pacto para as Migrações e o Asilo, de setembro de 2020, é um excelente documento, sendo da maior importância que a União Europeia chegue a um consenso na matéria. Como bem lembrou o Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, Filippo Grandi, «(...) o Pacto oferece uma oportunidade à Europa de mostrar que pode fazer prevalecer o direito fundamental ao asilo, cooperando em políticas pragmáticas de identificação dos necessitados de proteção internacional e de mostra de responsabilidade com eles». É, por conseguinte, natural a atenção que a Presidência Portuguesa tem dado à temática das Migrações e do Asilo. Lembro as reuniões ministeriais realizadas e a Conferência Ministerial de 11 de maio sobre a gestão de Fluxos Migratórios.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias  
Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas  
Comissão de Assuntos Europeus

da abordagem global e coerente pela União Europeia da dimensão externa das migrações. Nela se incluem as parcerias abrangentes, específicas, equilibradas e mutuamente benéficas com os países de origem e os países de trânsito, a ajuda ao desenvolvimento, a política de vistos, o investimento estrangeiro e o comércio. Em suma, há que agir com responsabilidade, diálogo e solidariedade. E há que agir com rapidez! É muito o que esta Conferência Interparlamentar tem para debater. Deixo-vos, pois, os meus votos, os votos do Parlamento Português, de pleno sucesso de modo a darmos o nosso contributo para o delineamento de perspetivas para o futuro desta área prioritária para a União e os seus Estados-Membros. Muito obrigado pela vossa atenção.”

Tomou então a palavra o **Presidente da Assembleia Nacional da Eslovénia, Igor Zorčič**, que cumprimentou os participantes e se congratulou pela reflexão sobre os fluxos migratórios, que diminuíram devido à limitação de circulação de pessoas ditada pela pandemia, tendo aumentado os riscos de segurança, racismo e exclusão dos migrantes, que a Eslovénia quer proteger, tendo, designadamente, aberto o acesso à vacinação também aos migrantes.

Declarou apoiar uma abordagem global com base em parcerias com os países de origem, de trânsito e os Estados de chegada, num quadro global de cooperação com os países de origem, para cuja estabilidade a UE deve contribuir. Congratulou-se com os progressos da Presidência Portuguesa da UE, com um desenvolvimento moderadamente positivo acerca do novo Pacto, apesar das negociações longas a enfrentar em matéria tão complexa e incluir o alargamento aos Balcãs Ocidentais. Anunciou que a Eslovénia organizaria a próxima Conferência, para a qual convidou todos e desejou que continuasse a ser promovida ulteriormente.

O **Presidente do Bundestag, Wolfgang Schäuble**, saudou os participantes e agradeceu o acolhimento da iniciativa, tendo recordado as palavras do Secretário-Geral da ONU sobre as consequências da pandemia para os mais vulneráveis, como o agravamento dos conflitos sociais e políticos e a desestabilização das economias mais fracas. Considerou que, apesar de ainda muito aquém do necessário, tem havido sinais positivos, precisando porém a UE, como comunidade de valores, de uma nova abordagem face à migração, não fechando os olhos aos migrantes, nem criando falsas



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias  
Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas  
Comissão de Assuntos Europeus

**11h00 - 12h30 Sessão 1: O impacto da pandemia de COVID-19 nas políticas de migração e asilo**

Na I Sessão, tomou a palavra, em primeiro lugar, **Tomas Tobé (Presidente da Comissão DEVE do PE)**, que, na qualidade de co-presidente da Sessão, cumprimentou o seu homólogo Português e saudou os membros dos Parlamentos nacionais que se inscreveram na Sessão, bem como os Deputados ao PE.

Evidenciou as consequências sociais, económicas e políticas da pandemia por covid-19, em particular o impacto nos países em desenvolvimento, que acresceu aos pré-existentes desafios de precariedade e que exacerbará as tensões existentes e favorecerá a migração socioeconómica no futuro.

Lembrou que era neste contexto que a presente Sessão procurava compreender o impacto da pandemia na estabilidade económica e política dos países de origem e trânsito de migrantes e o modo como a UE poderia prestar assistência a estes países, para resolver as causas profundas da migração e aliviar os países de acolhimento de refugiados.

Recordou as Conclusões da I Conferência de Alto Nível, de novembro de 2020, segundo as quais as migrações são um dos maiores desafios da UE. Como Relator da [COM\(2020\)610](#) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à gestão do asilo e da migração e que altera a Diretiva 2003/109/CE do Conselho e a proposta de Regulamento (UE) XXX/XXX [Fundo para o Asilo e a Migração], reconheceu a importância de uma abordagem holística das migrações.

Adiantou que cumpria intervir nas causas da migração, e que, enquanto Presidente da Comissão de Desenvolvimento do PE, se congratulava com o profundo compromisso da UE no auxílio a vários países, ajudando-os a ultrapassarem os seus próprios desafios, o que exemplificou com o mecanismo COVAX, disponibilizando as vacinas aos países em desenvolvimento e o Instrumento Global Europeu, que veio reafirmar as ações da UE na promoção da boa governação, desenvolvimento sustentável e crescimento económico.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias  
Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas  
Comissão de Assuntos Europeus

Muito obrigado.”

Iniciando as intervenções dos oradores convidados, **António Vitorino, diretor-geral da Organização Internacional para as Migrações (OIM)**, que assinalou que, apesar de, na Europa, se estar a sair da crise sanitária e se ter retomado uma circulação normal, ainda se denotam fragilidades nos sistemas de migração, tendo a pandemia evidenciado uma crise de direitos humanos, com implicações para os migrantes, não só com impactos na saúde, como no aumento da pobreza, instabilidade política, conflitos, desastres e insegurança alimentar, que elevaram as necessidades de assistência humanitária para níveis nunca vistos, com crescentes perigos de deslocalização, paralisando trabalhadores e estudantes, que tiveram de regressar aos seus países, sem acesso ao emprego. Lembrou que, por outro lado, a pandemia mostrou a essencialidade dos trabalhadores migrantes em setores essenciais como a saúde e a agricultura, com remessas para os países de origem.

Explicou que o apoio ao retorno e reintegração e o apoio à mobilidade inter-regional são essenciais. Evidenciou a importância da vacinação a nível mundial, de que depende a recuperação económica - o acesso dos migrantes à vacinação foi impedido em 53 países – pelo que é necessário reduzir as barreiras de acesso aos mais vulneráveis. Salientou que a União Europeia é líder global na coordenação da gestão de fronteiras e ganhou muita experiência no último ano, pelo que existe a oportunidade de garantir que todos os parceiros poderão beneficiar dos conhecimentos dos Estados Membros.

**Branko Grims, presidente da Comissão da Administração Pública Regional e da Autonomia Local, Assembleia Nacional eslovena**, interveio em seguida, lembrando o enorme impacto da pandemia nos fluxos migratórios, com redução da rota dos Balcãs, mas com aumento das migrações ilegais, agravadas pela pandemia, com mais de 90% das pessoas migrantes sem direito a asilo. Considerou que a Europa não precisa da migração em massa, mas de encontrar um consenso, fazendo respeitar o Direito, bem como aplicar a solidariedade europeia, protegendo as fronteiras externas, promovendo a migração legal e garantindo um futuro comum e de segurança.

Intervieram na troca de pontos de vista subsequente deputados dos parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu, tendo sido focadas questões como a falta de



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias  
Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas  
Comissão de Assuntos Europeus

pelas fronteiras, para se alcançar a cessação dos fluxos migratórios ilegais, cooperando na capacitação dos países de origem.

Encerrando a I Sessão, os copresidentes agradeceram aos oradores e participantes os diferentes pontos de vista expressos e sumarizaram as preocupações suscitadas, as vias de solução e a necessidade de uma solução da UE, declarando a necessidade de enfrentar os desafios da migração em conjunto, ao nível europeu, com solidariedade e com respeito pelos direitos humanos.

**14h - 15h30 - Sessão 2: A dimensão externa das políticas de migração e asilo**

Na II Sessão, tomou a palavra **Juan Fernando López Aguilar, Presidente da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos do Parlamento Europeu**, que copresidiu à presente sessão com **Edite Estrela (Vice-presidente da Assembleia da República)**.

Depois de apresentar os oradores convidados – Eduardo Cabrita, Ministro da Administração Interna, em nome da Presidência Portuguesa do Conselho da EU e Detlef Seif, da Comissão de Assuntos Internos e da Comunidade do Bundestag alemão, bem como o testemunho da Organização ‘Operazione Colomba’, o Corpo de Paz do Papa João XXIII, que opera com voluntários no apoio internacional a vítimas de conflitos armados, promovendo o diálogo e a reconciliação -, centrou-se no tema da 2.<sup>a</sup> sessão: a dimensão externa das políticas de migração e asilo.

A este propósito, recordou que o novo Pacto colocara a tónica na cooperação internacional com países parceiros, baseado no princípio do benefício mútuo e das parcerias à medida, envolvendo todas as políticas mais relevantes da UE, tais como a ajuda ao desenvolvimento, a educação, o emprego, política de vistos, sempre tendo em conta os valores que a UE, como União, partilha e quer preservar.





ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias  
Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas  
Comissão de Assuntos Europeus

universidades europeias mais competitivas e equiparando-as às de outros países no que respeita a recrutamento de recursos especializados. Este acordo atesta que o consenso é possível e com este debate, os Parlamentares querem dar o seu contributo. Disse partilhar com o copresidente da Sessão a esperança de que outras medidas serão adotadas e a bom ritmo, para que, à medida que a pandemia diminui e a pressão migratória aumenta, a UE possa dar resposta ao fenómeno.

Declarou que não devemos esquecer que as políticas de migração e asilo são uma competência partilhada entre a União Europeia e os seus Estados-Membros e que os valores fundacionais da Europa devem estar no cerne de todas as decisões políticas internas ou externas, em particular com os países da vizinhança.

Concluiu lembrando que são estes os valores que nos definem e a razão por que tantos procuram a Europa, em busca de proteção, trabalho e condições de vida para as suas famílias.

Iniciando as intervenções dos oradores convidados, **Eduardo Cabrita, Ministro da Administração Interna, em nome da Presidência Portuguesa do Conselho da UE**, admitiu que a gestão das migrações é um dos maiores desafios para as instituições europeias e os povos europeus, criando clivagens entre alguns, que requer priorizar a migração legal e coordenada e a cooperação com países de origem e trânsito, bem como firmeza no combate ao tráfico de seres humanos e às redes criminosas que dele beneficiam.

Destacou ainda o avanço muito significativo, durante a Presidência portuguesa do Conselho da UE, nas negociações com vista à adoção do novo Pacto e insistiu na necessidade de se adotar uma abordagem holística e uma visão a longo prazo sobre as migrações.

Lembrou que as fronteiras externas comuns são um problema de toda a UE, exigindo solidariedade entre todos os Estados Membros, sendo prioritário prevenir a migração ilegal, promover a educação das meninas e auxiliar a vacinação em África.

Declarou que, para a Presidência portuguesa a migração não é uma ameaça, mas um fenómeno natural na história da Europa. A UE constituiu-se a partir de migrantes de todos os quadrantes, e os europeus estiveram em todo o mundo, por isso importa olhar para a migração de maneira inovadora e holística. Defendeu que a Europa - continente



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias  
Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas  
Comissão de Assuntos Europeus

nenhum sinal eficaz, criando um efeito de absorção, de atração, pelo que se precisa urgentemente de um sistema de registo, com um primeiro exame prévio das condições e só depois sendo aberto o processo para outorga de estatuto. Acrescentou que uma alternativa deve ser então colocada, caso não se verifique o preenchimento dos requisitos: o regresso voluntário ou a partida coerciva, só assim se tornando possível moderar a política de migração.

Lembrou que o pacote legislativo ainda não está perto de conclusão, apesar dos progressos, sendo necessária uma agência europeia para o asilo e colocando a possibilidade de introdução de uma cláusula de caducidade. Atribuiu a resistência a um acordo por parte dos países com fronteiras mais expostas ao receio de que se volte à gestão do sistema de Dublin. Defendeu que não devem ser deixados à sua sorte, todos os Estados-Membros devem dar o seu contributo, em responsabilidade e solidariedade.

Assinalou que, se se conseguir um sistema comum funcional, poderão ser adotadas medidas adequadas na dimensão externa, devendo ser forjadas parcerias com países terceiros, mas em pé de igualdade, nas mesmas condições, não como beneficiários, partilhando dos mesmos valores, trabalhando na possibilidade de reintegração, comércio, educação.

Defendeu que deve ser lançado um projeto-piloto e almejada uma parceria com países terceiros, mas o fluxo migratório continua a aumentar, pelo que o receio de que as circunstâncias de 2015 voltem a surgir impõe que não se perca tempo: este Verão devem ser tomadas decisões e aplicadas sanções em caso de violação das obrigações. Concluiu apelando a uma política de asilo funcional como um teste último para a UE no caminho para uma migração ordeira e legal.

Teve então lugar o **testemunho de Alberto Capani, por parte da organização Operazione Colomba.**

Indicou ser um corpo civil de paz que atua nas zonas de conflitos e de refugiados da Síria no Norte do Líbano. Desde 2016 defenderam a criação de corredores humanitários, ara evitar a morte e tortura e os atravessamentos marítimos tão arriscados. Explicou que com os Governos Italiano, Francês e Belga trabalham numa experiência piloto e estudam uma proposta de criação de zonas seguras de regresso à



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias  
Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas  
Comissão de Assuntos Europeus

Participou, por parte da delegação da Assembleia da República, a Senhora Deputada **Isabel Oneto**, que recordou as prioridades da Presidência Portuguesa em matéria de migração e asilo, que refletem os valores de solidariedade, defesa dos direitos humanos, valores fundamentais inscritos também na Constituição da República Portuguesa e da UE. Lembrou que tem havido dificuldades de resolução da crise desde 2015, mas foi possível unir esforços para ultrapassar a pandemia. Anunciou a realização da Conferência sobre o papel dos Parlamentos no aprofundamento da relação UE-África e destacou o eixo 5.º da estratégia abrangente, para a gestão conjunta dos fluxos migratórios, migração e mobilidade, lembrando que a Assembleia da República continuará a debater estes temas.

Nas suas respostas, **Eduardo Cabrita, Ministro da Administração Interna, em nome da Presidência portuguesa do Conselho da UE** considerou que este é um dos maiores testes para as instituições europeias e os Estados membros, mas que este era o tempo certo no caminho certo, não se estando na situação crítica de 2015 com impreparação da UE. Considerou importante agir antes de uma crise extrema, havendo agora um quadro de propostas que nos 6 meses de Presidência portuguesa avançou muito significativamente, olhando para as migrações como um fenómeno natural e não como uma tragédia. O desafio é de todos os Estados Membros, por isso defendeu um papel comum de gestão de fronteiras; ou de gestão de pedidos de asilo, reforçando o papel da EASO; ou na dimensão de promoção de formas de migração legal. Considerou que o debate técnico estava concluído no essencial, havendo agora que promover o debate político, no qual o PE e os Parlamentos Nacionais são essenciais: na afirmação da voz dos povos e defendendo valores democráticos e humanistas da UE neste fenómeno natural, exigindo uma gestão em parceria, globalmente e aprofundando o trabalho sobre o Pacto.

**Detlef Seif, da Comissão de Assuntos Internos e da Comunidade do Bundestag alemão** considerou essencial distinguir política de asilo e migração, senão não será possível promover um pacote legislativo referente a asilo que satisfaça todos. Defendeu a colaboração económica estreita com países de origem e trânsito. Mais disse que a



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias  
Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas  
Comissão de Assuntos Europeus

Organização com vocação universal, António Vitorino proporcionou-nos o ensejo de nos recordar como a pandemia é um fenómeno global e como veio agravar a questão da gestão das migrações e do asilo, ambos fenómenos globais e que tantas vezes assumem dimensão trágica. A terminar, permitam-me igualmente uma palavra renovada de agradecimento aos nossos colegas no Trio de Presidência (alemães e eslovenos) e expressar, em meu nome e no da Assembleia da República, o nosso reconhecimento pelo apoio e cooperação que sempre tivemos ao longo deste semestre da parte do Parlamento Europeu e, muito em particular, do seu Presidente, David Sassoli. A todos, muito obrigado.”

A reunião foi concluída com o discurso de encerramento do **Presidente do Parlamento Europeu, David-Maria Sassoli**, que considerou o debate muito útil para o trabalho legislativo, no qual é essencial o papel dos Parlamentos nacionais, para a adoção de novas regras que deem sentido a um mundo de justiça e liberdade, tendo destacado o testemunho da organização *Operazione Colomba*.

Defendeu uma narrativa positiva e um debate público que reconheça o enriquecimento que vem da migração, com pragmatismo, trabalhando em prol de todos para que o interesse de todos seja defendido ao mais alto nível, com regras novas.

Lembrou o encontro da semana antecedente com a Presidente do Congresso Norte-Americano, no qual pediu uma colaboração mais estreita sobre esta questão, apesar dos contextos diversos, que permitem, porém, métodos comuns que acompanhem neste desafio, relativos a todos os sistemas democráticos. Apelou a que se eleve a fasquia do desafio: usar tempo de dor e dificuldade para procurar, sem tabus, novas regras.

Declarou que a Conferência viera reforçar a cooperação interinstitucional nesta matéria.

A reunião terminou pelas 15 horas e vinte minutos, com um momento musical interpretado pela Orquestra Geração - final do último andamento da 4.<sup>a</sup> Sinfonia de Joly Braga Santos, maestro Ulysses Ascânio.

**Assembleia da República, 9 de julho de 2021.**